

## **Novas economias e a economia nova que a Economia de Comunhão propõe:**

perscrutando o discurso a partir  
de experiências, reflexões e desafios.

*Por Maria Helena Fonseca Faller<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>Doutora em **Direito Socioambiental** pela PUC/PR, mestre em **Direito do Estado** pela UFSC, empreendedora social, advogada, professora universitária, ativista, mãe. Foi presidente da **Associação Nacional por uma Economia de Comunhão** por 9 anos e coordenadora executiva da organização por 7 anos. É membro do comitê científico da **Economia de Francisco global**. É co-fundadora da Outra Economia, hub brasileiro da Wellbeing Economy Alliance. Na Din4mo Lab, co-lidera o **Agente MUDA**, comunidade de prática de lideranças sistêmicas. Na **REPAM PanAmazônica** e na **Fundação Pórticus**, é consultora do **Núcleo de Justiça Socioambiental e Bem Viver**.

Escreveu algumas dezenas de **artigos científicos**, já organizou algumas obras com amigos cientistas da **América Latina** e já pode morrer em paz: escreveu um e publicou um livro em 2013, no mesmo mês que seu filho **Bernardo** veio ao mundo.

Mal sabia ela que era apenas **o começo de tudo!**

## Resumo

Trata-se de um texto com propósito de ensaio, resultado de pesquisas científicas, reflexões compartilhadas entre pares com lentes científicas e lentes ativistas e observações recolhidas de experiências, relatórios e relações. Objetiva **refletir sobre as novas economias, a Economia de Comunhão no Brasil e suas contribuições para o processo em curso de mudança sistêmica e alguns dos seus principais desafios atuais.**

## Palavras-chave

Novas economias; ecossistema de impacto; economia de comunhão.



## 1.Primeiras palavras

Intenciono iniciar esse texto realizando alguns esclarecimentos e alinhamentos de expectativas para o leitor e para leitora. Como uma ativista que pesquisa o que a envolve, devo admitir minha pouca crença no que chamamos de **neutralidade científica**. Acredito nas metodologias científicas, nas premissas de cuidado para uma observação mais límpida possível, comprometida com **a busca da autenticidade e do conteúdo fidedigno contido nos fenômenos e nas narrativas**. Contudo, compreendo que as pessoas estão envolvidas com o cosmos que as circundam, o que permeia e influencia seus olhares e observações e a própria utilização dos métodos e metodologias. Desse modo, reconheço e utilizo o cuidado e o lugar de observação criteriosa e cuidadosa sugerida pelos métodos, mas permito-me falar em primeira pessoa, porque é assim que me observo no mundo: **como uma pessoa que olha, age e observa a partir de um lugar de fala, de um contexto biológico, físico, cultural, político, anímico e espiritual**. Minha crença é que essa assunção e confissão pública contribui mais para a construção da narrativa daquilo que chamamos de ciência, pois releva claramente aquilo que enxergo como inescapável e insuperável: **somos seres contextualizados e imersos em um lugar no mundo que interfere em tudo que somos, vemos e fazemos**.

Fazendo uso da minha titulação acadêmica, me permito narrar e descrever o fenômeno escolhido a partir da minha digestão intelectual e sensorial, mesclando inúmeras referências de forma fluida, sem remissões diretas e rígidas. **Sou aquilo que li, observei e vivi, não entendo como possível destacar em tempo integral o que é do outro e da outra e o que é meu**. Nesta etapa da minha jornada acadêmica, permito-me essa ousadia com alguma serenidade. Por isso, prefiro chamar esse texto de ensaio, para não ferir o rigor científico pedido a um artigo. Contudo, trarei ao final do texto todas as fontes que direta e indiretamente estão catalisadas nesse texto, para deixar

claro que ofereço uma narrativa realizada a partir da digestão interna de autores, autoras, experiências, relatórios e relações, fazendo justiça a quem produziu os conteúdos.

Feitos esses alinhamentos iniciais e importantes, esclareço o percurso que será trilhado: (1) uma breve leitura - feita a partir de um recorte que elegi - do contexto que permeia a emergência desse movimento difuso, global, não-linear chamado de novas economias<sup>2</sup>; (2) o espaço de origem da Economia de Comunhão; (3) a narrativa atual da Economia de Comunhão e as contribuições que as lideranças do movimento enxergam que ofertam para o fortalecimento do processo de mudança sistêmica; (4) alguns desafios que a Economia de Comunhão enfrenta após 31 anos de percurso.



---

<sup>2</sup> Importante evidenciar que a reflexão sobre novas economias que empreendo é livre, de cunho reflexivo e conceitual autoral com base nas leituras, vivências e reflexões que faço e fiz com pares dessa jornada, a partir de um recorte referencial que não contempla uma análise histórica de fatos, eventos, narrativas que marcaram a sua consolidação.

## 2. Novas economias: mais uma perspectiva de leitura catabolizada

Existe uma miríade de textos descritivos e bem construídos que desejam descrever, justificar e fundamentar o que são as novas economias. **Partem de perspectivas e visões de mundo diversas, complementares, muitas vezes opostas e contrapostas.** Me permito aqui trazer uma síntese simples, que se afasta de uma análise estruturada das narrativas, eventos e movimentos históricos. É apenas um esforço inicial e incipiente de demarcar o contexto dos valores comuns que transbordam das bordas dessa complexidade batizada de novas ou outras economias. Antes de iniciar, desejo deixar claro de onde parto e qual visão de mundo nutro e postulo.

Acredito que a mudança sistêmica acontece **a partir de processos de mudança e reforma graduais**, que operam a partir de bases culturais novas e/ou resgatadas e ressignificadas, no interior e a partir das beiradas do sistema econômico em vigor. Ou seja: **não postulo por rupturas abruptas ou revoluções.** Acredito em mudanças e processos de transformação que se operam no sistema em vigor, porque creio que o que sustenta esse sistema é a cultura e as decisões que emergem dessa cultura.

O capitalismo, por si só, no meu entendimento, não é o vilão culpado por todos os problemas. O capitalismo é um sistema econômico que se constitui a partir de uma cultura que o informa e que gera as instituições que o sustentam. São decisões, que formam instituições, assumidas por pessoas e/ou grupos. Nessa perspectiva, não responsabilizo um sistema, mas penso **uma responsabilidade de pessoas, grupos e organizações que tecem uma cultura, que operam decisões e constroem o sistema, com suas regras e funcionamento.** Por isso me afasto de discussões que vociferam contra o sistema e escolho participar de discussões que repensem sua cultura e se comprometam a modificá-la a partir de decisões e estratégias de reconstrução sistêmica que se operam sem violência de argumentos e comportamentos. Sem guerras.

A partir disso, me uno a quem pensa nas novas economias como **um movimento de pessoas e organizações que ganham um contorno mais nítido e visível em meados dos anos 2000, trazendo perspectivas culturais e estratégicas múltiplas para se repensar a economia e sua relação com o mundo da vida, questionando paradigmas consagrados e postulados tido como inegociáveis.** É desafiador definir e delimitar um movimento diverso, não-linear, democrático, completamente fluido, mas arrisco identificar uma ilha de convergências que permite essa titulação: compõem as novas economias as organizações e movimentos que se propõem a questionar os padrões culturais vigentes no sistema econômico, buscando ressignificar, reimaginar e reconstruir suas estruturas a partir de valores como interdependência, transcendência, colaboração e cooperação, inteligência coletiva, complementariedade e subsidiariedade, equidade, regeneração e consciência sistêmica.



Diálogo entre participantes do Fórum da edc em 2022

Desloca-se a centralidade do dinheiro e do lucro como forças motrizes do sistema econômico e se recoloca esses dois elementos ao lado de outros: **pessoas, comunidades, natureza, planeta**. A economia cuida da organização da casa e essa casa é o mundo. Logo, sua lógica é ancorada na consciência sistêmica da vida e suas decisões devem considerar todas as partes interessadas e envolvidas.

A partir disso, perde o sentido a separação estanque e rígida entre estado, mercado e sociedade e ganha força a compreensão que essas três dimensões da vida humana estão interconectadas, se interpenetram mutuamente e constantemente e devem ser vividas e pensadas a partir de valores e princípios comuns, que as impulsiona e direciona para a servir a um objetivo compartilhado: **bem-estar das pessoas e do planeta, que podemos chamar de um “bem comum”**. Para lidar com a complexidade de problemas e crises que temos hoje é preciso lançar mão da natureza, inteligência e expertise de cada um desses espaços, **reinventando relações e experimentando formas de atuação e responsabilidade compartilhada**<sup>3</sup>.

É importante evidenciar que aquilo que chamei de *“ilha de convergência”* é um conjunto de valores e princípios assumidos e identificados nesses movimentos e organizações de distintas formas, naturezas, matizes e dimensões. Não há linearidade, tampouco uniformidade, há **contraposições**, conflitos e até mesmo divergências quanto à sentidos e significantes. Contudo, identifico esse espaço comum, que ousou chamar de comunhão fundante de propósitos e princípios. Meu otimismo não é ingênuo, ele é **consciente e estratégico**: se não aprendermos a nos

---

<sup>3</sup> Um exemplo disso é a Estratégia Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto – ENIMPACTO, política pública federal que objetiva criar um ambiente institucional e normativo favorável ao crescimento de negócios e investimentos de impacto. A política foi articulada por pessoas e organizações advindas do setor público, privado e social, reunindo lideranças, lógicas, estratégias e recursos dessas três esferas/dimensões da vida a serviço de uma nova economia. Ao redor da ENIMPACTO, formou-se um coletivo do ecossistema, formado por pessoas originadas destes três espaços – estado, mercado e sociedade civil – as quais desejam impulsionar a implementação de um Sistema Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto, territorializando a política pública para as esferas estadual e municipal. A propósito, visitar: ENIMPACTO – Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br))

articular ao redor de identidades comuns, construindo estratégias complexas e interconectadas de atuação, seremos atropelados pelas nossas vaidades e pela atuação de quem sabe articular-se maliciosamente e eficazmente ao redor do poder institucional, aquilo que entendo como recursos e capacidades de construir estruturas e sistemas orientados à um objetivo compartilhado – seja ele ético ou não.

No Brasil, podemos ler essa emergência das novas economias com maior vitalidade e visibilidade no contexto e no delineamento daquilo que chamamos de ecossistema de negócios e investimentos de impacto. Pelas mãos de Célia Cruz, Diogo Quitério e Beto Scretas compreendemos que

Um ecossistema de investimentos e negócios de impacto começa a existir quando várias organizações participam dessa agenda de forma coordenada, assumem perspectivas e dinâmicas próprias de interação com outros participantes, e orientam-se em torno da mesma crença: a de que modelos de negócio visando rentabilidade financeira podem somar com governos e terceiro setor na resolução de problemas sociais e ambientais, buscando soluções inovadoras e comprometidas com a efetividade.

Ainda, é necessário acrescentar a isso a constatação de que o volume de recursos dirigidos à filantropia e à redistribuição de renda é insuficiente e não corrige as engrenagens que permitem que a concentração de poder econômico e político continue a se reproduzir, **reproduzindo sistemicamente as desigualdades.**

O **Papa Francisco**, ao convocar uma **Economia de Francisco**<sup>4</sup>, faz alusão direta a esse fato, reconhecendo a importância e necessidade das políticas redistributivas e da atuação estratégica do chamado terceiro setor, alertando, por outro lado, para o perigo que essas soluções

---

<sup>4</sup> UFRANCISCO, Economia de. Discurso do Papa Francisco 2020. Assis, 2020.

Disponível em: <https://youtu.be/erXLU951VZc>

representam para a distração e disfarce das raízes dos reais problemas que necessitam ser afrontados: **desenhos institucionais que permitem que o poder político continue concentrado nas mãos de poucos e poucas.**

A concentração de poder político – **entendido aqui como condição, capacidade e recursos para se autodeterminar e para decidir sobre a vida** – gera concentração de poder econômico. Para os recursos circularem de forma equitativa é necessário **mexer no desenho do sistema, desconfigurando as engrenagens que são quase invisíveis aos nossos olhos<sup>5</sup>.**

O ecossistema de negócios e investimentos de impacto contém organizações e pessoas comprometidas com estratégias de *advocacy*<sup>6</sup> e de redesenho sistêmico, fundamentais para a mudança das regras do jogo, que **configuram e constroem as estruturas de sustento desta nova economia.**

Nessa perspectiva, é perceptível **a importância dos movimentos, coletivos, organizações e diversos tipos de iniciativas alinhadas com as novas economias,** uma vez que possibilitam experiências potentes de partilha de poder político, verdadeiros experimentos de construção colaborativa, participativa, criativa e de inovação, que atuam a partir de vocações, perspectivas, estratégias e prioridades distintas, realizando entregas relevantes e de natureza fundante, que uma vez conectadas de alguma forma, permitem a reinvenção sistêmica e complexa que nossos desafios e crises atuais exigem.

---

<sup>5</sup> A Constituição Federal é um exemplo cabal dessa afirmação: possui uma ampla gama de direitos sociais, mas restringe direitos políticos, mantendo a estrutura política do país concentrada nas mãos de poucos e poucas. O que acontece é que os direitos sociais se tornam esmolas políticas, concedidas a gosto e arbítrio de quem define as regras do jogo, criando uma estrutura mental e cultural perversa de que pessoas e comunidades vulnerabilizadas são demandantes de recursos e representam custos sociais. Uma engenharia fina e bem amarrada que precisamos conhecer e rever.

<sup>6</sup> O *advocacy* é uma prática e/ou estratégia utilizada para influenciar tomadores/as de decisão na mudança ou na criação de políticas públicas em favor de uma causa, de forma a resolver ou minimizar problemas de diversos âmbitos.

Por isso a palavra ecossistema, emprestada da biologia, é tão importante e ao mesmo tempo, desafiante: **coexistência de organismos com papéis diversos, interdependentes e necessários para que o todo funcione adequadamente.** Esse todo é o planeta, o cosmos que nos constitui e envolve e apresenta importantes soluções a serem observadas e escolhidas como apostas inteligentes para a mudança sistêmica.

As economias regenerativas, a Economia de Francisco e outras iniciativas similares trazem essa compreensão sob matizes diversos, elucidando o quanto **as soluções para problemas complexos, muitas vezes encontram-se disponíveis a mentes sensíveis e abertas a conteúdos postos para além da racionalidade do grandes sistemas e escolas de pensamento tradicionais.** Pelas palavras de John Fullerton, em seu texto Capitalismo Regenerativo, “*podemos – e devemos – alinhar nossa teoria e práticas econômicas com nossa compreensão mais recente sobre as formas pelas quais o universo e a humanidade realmente funcionam*”<sup>7</sup>.

A **Economia de Comunhão**, movimento que possui atualmente dimensões globais, nasceu no Brasil na década de 90, mais precisamente, **em 29 de maio de 1991**, período pós-democratização, marcado pela efervescência das ideias democráticas e das questões sociais.

Nesse contexto, a economia solidaria e o cooperativismo<sup>8</sup> emergiam como **alternativas relevantes para uma ideia e uma práxis de crescimento econômico que considerasse e acolhesse a dimensão humana e lidasse de algum modo com a problemática da desigualdade,** a partir de princípios e estruturas ancoradas na autogestão, na

---

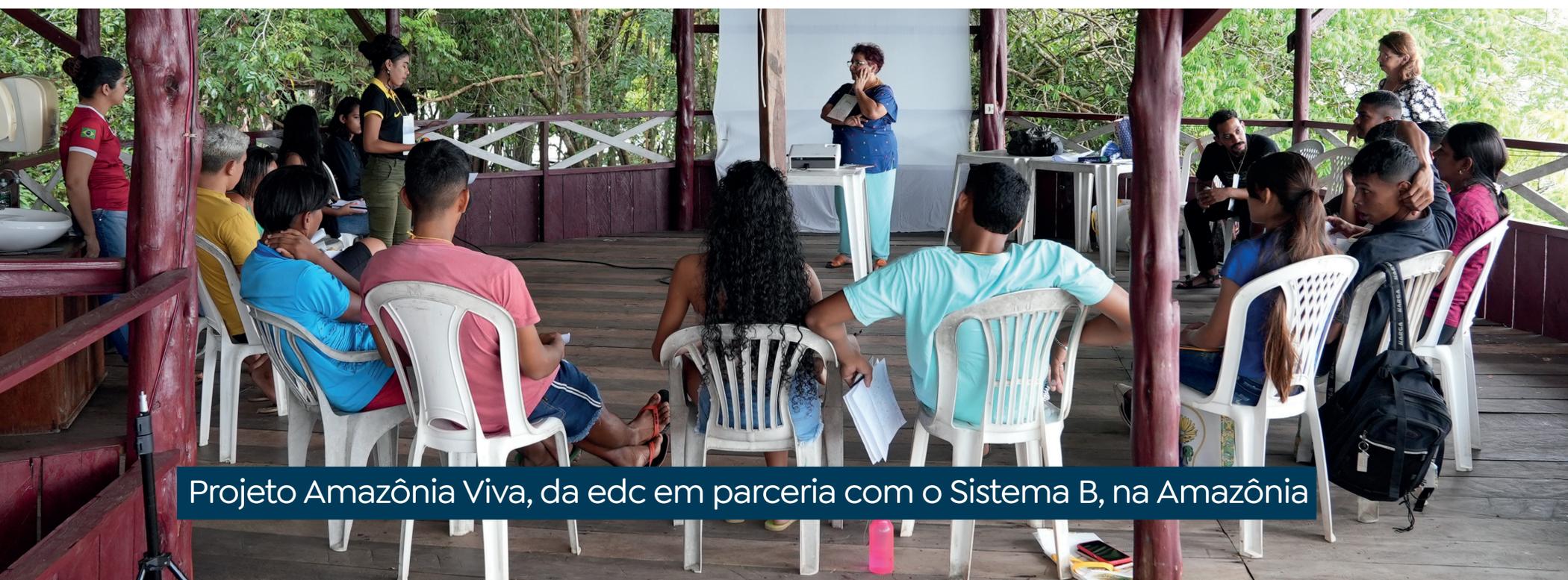
<sup>7</sup> FULLERTON, John. Capitalismo Regenerativo. Abril, 2015. Disponível em: Microsoft Word - Revised Spanish Version of Regenerative Capitalism 5.6.16.docx (capitalinstitute.org)

<sup>8</sup> Importante registrar que tais ideias/propostas não foram fundadas nesse contexto, mas emergiram no debate público pós democratização com maior relevância.

horizontalidade de relações e estruturas, na partilha de lucros e resultados, na cooperação e colaboração. A responsabilidade social empresarial também ganhava impulso nesse período, pedindo atenção do mercado para a questão social.

A história e a vida não são lineares, tampouco, necessariamente evolutivas. Mas podem ser lidas e compreendidas a partir das **lentes da sincronicidade**. Não me parece possível a existência de toda essa discussão sofisticada e estrategicamente bem construída que vislumbramos hoje, se esses movimentos e organizações não tivessem existido em algum momento, trazendo luz e energia para questões e dores antes pouco exploradas.

Nesse sentido, emerge **a importância de reconhecer a dignidade da existência e da contribuição de todos e todas que em algum momento da história arriscaram inovar em um ambiente desafiador e resistente a mudanças**, mesmo se atuaram sobre sombras e intersecções pouco visíveis e pouco consideradas pela opinião pública<sup>9</sup>.



---

<sup>9</sup> Pelas minhas palavras, opinião pública é o conjunto de crenças e códigos que se colocam como dominantes e relevantes no imaginário social compartilhado em determinado momento histórico, ganhando atenção e prestígio dos meios de comunicação tradicionais e das mídias sociais. Isso não é necessariamente positivo ou negativo. Trata-se de um fenômeno que se faz presente e podemos utilizá-lo para fins éticos ou não.

### 3. Compreendendo a Economia de Comunhão a partir de seu contexto originário

Para tratar e pensar sobre a **Economia de Comunhão**, compreendendo e apreendendo suas reais contribuições para a construção desse ecossistema de novas economias, é importante localizá-la no seu contexto originário.

Existiram muitas tentativas e esforços de descrever e definir Economia de Comunhão, gerando um enxame de confusões conceituais e semânticas das mais variadas naturezas. Por tratar-se de um movimento que foi constituído a partir de bases sociais, de forma fluída e espontânea, com uma governança não formal e territorialmente difusa, não havia em suas primeiras décadas quem aglutinasse e produzisse algum tipo de **narrativa compartilhada** de forma mais **uniforme e regular**. Mesmo entre suas lideranças intelectuais não havia um consenso uniforme acerca desta narrativa constitutiva, o que é percebido na leitura dos textos – mesmo os de natureza científica e intelectual – e dos discursos produzidos no campo da sensibilização e do ativismo.

A riqueza de ideias e iniciativas resultantes dessa diversidade viva, características de um movimento **cultural e social**, é ampla. Contudo, enfraquece a constituição de estratégias claras e compartilhadas pelo corpo social que sustenta o movimento, fragmentando suas entregas para o território e para o mundo, dificultando a **identificação de sua proposta de valor na construção do ecossistema e quase que inviabilizando a mensuração de seus impactos**, mesmo se eles existem e estão declarados nas falas de milhares de pessoas que constituíram e acessaram o movimento em alguma dimensão.

Nesse sentido, nos últimos anos, houve um esforço institucional no Brasil de construir **uma estrutura organizacional que acolhesse e representasse o movimento**, evitando dispersão de energia e recursos e conferindo alguma condição inicial de resolver esses desafios básicos para qualquer organização que pretende deixar um legado **sólido e transmissível para o mundo**.

A Economia de Comunhão é um **movimento econômico e cultural que nasce no contexto de uma espiritualidade, com o objetivo de traduzir em cultura econômica um conjunto central de valores e princípios já experienciados por comunidades espirituais presentes em aproximadamente 182 nações**. Antes de avançar nesta descrição, é importante tecer dois discernimentos.

Primeiro discernimento: a espiritualidade é tecida no campo anímico e no campo da transcendência: ela fala da relação entre pessoa e a algo que está **para além da percepção física** e está relacionada à um **sentido e um propósito maior**, percebido no campo sensorial e mental. Envolve um horizonte de sentidos e objetivos para a existência humana. Nas nossas narrativas comuns, costumamos denominar esse repertório de “*coisas do espírito*” ou “*coisas da alma*”. A partir disso, torna-se mais fácil distinguir uma espiritualidade de uma religião, geralmente vinculada a uma instituição nominada de igreja.

Segundo discernimento: a espiritualidade que impulsionou o nascimento da Economia de Comunhão, reconhecida como **espiritualidade da unidade** guarda suas raízes na tradição judaico cristã e é reconhecida pela Igreja Católica como uma espiritualidade cristã. Entretanto, como toda espiritualidade que existe, é destinada a todas as pessoas que se

conectam com seu horizonte de sentidos e princípios. Sua universalidade é materializada no fato de **apresentar-se e concretizar-se em forma de um movimento**, chamado Movimento dos Focolares, qual se posiciona como uma organização em escala global de pessoas que **desejam viver pela fraternidade universal**, independente de credos e religiões.

A espiritualidade da unidade está ancorada na compreensão de que somos membros de uma **comunidade global, interconectada misticamente e fisicamente**, a partir de uma unidade cosmológica que está posta e coexiste a partir da **diversidade e da pluralidade** e contempla uma conexão única entre pessoas e natureza, que se nomina de cosmos. **Essa conexão é entendida como comunhão.**

É da percepção e apreensão dessa relação cosmológica que se opera na natureza e nas relações, que nascem os princípios da espiritualidade da unidade, o central e primeiro deles, **o princípio da comunhão**. Para resgatar, restabelecer, reforçar e aprofundar essa comunhão que emana do cosmos, as pessoas são convidadas a praticá-la em suas próprias vidas, provando um sentido profundo de plenitude interior e de comunidade, mesmo na eminência e no seio do conflito. Essa comunhão se realiza em várias dimensões concretas: no campo do ser, do fazer e dos recursos. Acontece na vida, de forma **integral e livre**. A liberdade é uma premissa e um aspecto fundamental, porque o compartilhar e gerar comunhão – laços de comunidade, reconhecimento e equidade – é uma escolha livre e pessoal.

No repertório dessas comunidades é recorrente encontrar a frase “somos *um*”. Materializando essas premissas nos diversos contextos culturais em que este movimento se fez presente desde sua fundação, a prática da comunhão do ser e dos recursos é uma das principais características das comunidades constituídas.

A comunhão do ser é chamada de comunhão da própria vida e da própria alma. É uma dinâmica de compartilhar tudo: **o que somos, o que sentimos, nossos desafios, nossas visões, nossas vidas.** A conexão profunda provada com essa prática gera um sentido e uma experiência concreta de comunidade, na qual as pessoas se sentem impelidas a compartilhar tudo, também seus bens e recursos, de forma **livre e genuína.**

Com efeito, é orgânico que este reconhecimento de interdependência e transcendência compartilhados desencadeie um anseio e uma busca concreta pela realização da equidade, especialmente no campo social e econômico. Existe a convicção de que essa **comunhão de propósitos e de vida** geram a energia, a força motriz e um tipo de racionalidade e inteligência coletiva capazes de impulsionar movimentos e estratégias variadas de **mudanças sociais e estruturais.**

No caso específico do Brasil, a chegada dessa espiritualidade na década de 70 materializou-se de forma mais visível no **acolhimento e no trato da questão social e da necessidade de atuação no campo da redução da pobreza e das desigualdades.** Rapidamente, proliferaram-se coletivos e organizações a serviço de comunidades vulnerabilizadas, localizadas nestes espaços, gerando conexões – comunhão de propósitos e recursos – entre periferias e centros urbanos, aglutinando pessoas de diversas condições culturais e econômicas ao redor de uma causa de fraternidade universal.

Foi nesse contexto **cultural e espiritual** que em 29 de maio de 1991, foi fundada a Economia de Comunhão, com a intenção clara de traduzir esses princípios e experiências já em curso nessa comunidade espiritual global em um movimento econômico e cultural com o objetivo de **erradicar a pobreza.**

A fala fundacional de Chiara Lubich “*até que não haja mais pobres entre nós*”, traz a visão e a missão do movimento. O “*entre nós*” evidencia o **senso de comunidade**, ponto central, que gera a condição para que a comunhão de propósitos e recursos aconteça. São pessoas com esse propósito e comunidades constituídas ao redor dessa intenção que geram um tipo de caldo cultural capaz de **sustentar e reverberar mudanças sistêmicas**.

A fundadora, uma mulher, foi um pouco além: em seu discurso fundacional convoca empreendedores e empreendedoras a transformarem suas organizações em **comunidades disseminadoras** dessa nova cultura econômica, comprometida a gerar equidade já nos espaços de gestão, produção e tomada de decisão, produzindo recursos para compartilhar em todos os momentos da jornada econômica. Ela o fez motivada pela percepção obtida ao sobrevoar São Paulo, vendo o contraste entre a Avenida Paulista e a periferia ao redor: existem recursos e inteligência disponíveis para todas as pessoas viverem com dignidade, mas eles estão **concentrados**. Convocou a comunidade que estava diante dela a desafiar essa lógica: **vamos gerar recursos e compartilhar**, construindo uma economia a partir da comunhão de propósitos, recursos e da própria vida, na qual as pessoas e comunidades vulnerabilizadas têm voz e espaço, decidindo e assumindo **o protagonismo sobre as escolhas realizadas**.

Ainda, convidou as pessoas que estavam diante dela a **envolverem-se com essa causa**, atuando em todos os âmbitos da sociedade, ressignificando o valor e o papel do trabalho, do consumo, dos hábitos e das escolhas cotidianas, orientando todo esse repertório a um propósito maior de equidade, equilíbrio sistêmico e de redistribuição da abundância, difundindo a percepção que se faz uma Economia de Comunhão em todos os momentos da vida.

É possível encontrar **pontos de conexão** da Economia de Comunhão com muitos movimentos e organizações do ecossistema de impacto. Sobretudo, é perceptível a sincronicidade da espiritualidade que a originou em muitas lideranças que **movimentam esse ecossistema e criam suas narrativas**: é comum encontrar referência a um propósito fundante de todas as escolhas e decisões econômicas, assim como é facilmente identificável a presença de uma profunda consciência sistêmica, acompanhada do reconhecimento da interdependência cósmica e do **senso de comunidade global**. Conectar e compartilhar são as palavras de ordem do ecossistema de impacto e são as vigas mestras da Economia de Comunhão.

A própria referência recorrente no campo das novas economias à **Teoria U de Otto Scharmer do MIT** demonstra a consciência compartilhada de que para operar mudanças sistêmicas é necessário operar no campo das estruturas internas do mundo, no campo das mentalidades, crenças e culturas.

Tal constatação revela que a busca pela **transcendência e por um propósito maior** marca a personalidade de todas as pessoas com vocação de mudar estruturas. Não é preciso estar conectado a uma religião ou a alguma espiritualidade ou comunidade específica para que isso seja despertado ou identificado.

A Economia de Comunhão busca **conectar pessoas** com esse propósito, que ao se conectarem e se perceberem parte de uma comunidade global, despertam a consciência sistêmica que nutrem internamente, identificam suas vocações para mudar a economia e a partir disso, através de seu trabalho e escolhas cotidianas, decidem compartilhar recursos e gerar essa grande comunhão global.

A partir dessa contextualização da edc em seu contexto originário, é possível compreender o motivo pelo qual ela foi confundida por muitos anos com um movimento religioso que atuava no campo da assistência social. É um desafio **normalizar uma espiritualidade** e compreendê-la no contexto humano e como cultura, que informa a vida e a economia de forma simples e **acessível à todas as pessoas**, independente de credos e convicções religiosas. Podemos chamar isso de propósito, de estruturas internas equilibradas sistemicamente ou de consciência sistêmica.

Nos últimos anos, a partir de um processo de reposicionamento interno e reestruturação organizacional, buscou-se esclarecer em sua comunicação institucional qual é sua causa motriz: **viver pela erradicação da pobreza, por um mundo mais justo, regenerativo e fraterno**. Todas as pessoas que se sentem chamadas a mudar o mundo através da economia são convidadas a fazer parte da comunidade global que constitui a edc: *“porque somos comunidade”* é um dos slogans atuais que reverberam todo o repertório do movimento.



Oficina de Florescimento Humano para Mães Empreendedoras em Manaus, parte do Projeto Amazônia Viva

## 4. Narrando a Economia de Comunhão no Brasil hoje

Para erradicar a pobreza, é preciso **uma nova forma de fazer negócios**. Esse é o slogan central do movimento no Brasil. Para isso, reúne pessoas e organizações que orientam suas empresas, seu trabalho e suas escolhas de vida por este propósito.

De fato, a Economia de Comunhão acredita que é possível fazer negócios a partir de **decisões simples e cotidianas** comprometidas com a erradicação da pobreza (ODS1), redução das desigualdades (ODS 10) e com a promoção do trabalho decente que gera real crescimento econômico (ODS 8)<sup>10</sup>.

Para isso, adota como missão **conectar pessoas, compartilhar propósitos e recursos, gerar comunhão**. O que significa comunhão, para a edc?

Significa **encontro**. A comunhão nasce da cultura do encontro, tornando possível a conexão entre oportunidades e vulnerabilidades. Essa conexão acontece permeada pelos valores da fraternidade, da interdependência, da coerência e da reciprocidade, o que remove estruturas e relações de verticalidade e assistência. Em uma comunidade, é orgânico **compartilhar necessidades e recursos** que se destinam a supri-las.

Todos os recursos movimentados e compartilhados pela Economia de Comunhão são operados na lógica de que todas as pessoas possuem **igual direito à dignidade e à felicidade**. Nessa perspectiva, as pessoas que escolhem fazer parte da comunidade edc se sentem convidadas a protagonizar processos de restauração de uma equidade social que está

---

<sup>10</sup> Trata-se dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

violada. Ao **compartilhar**, cumpre-se um compromisso ético **com o mundo**, colaborando com o ecossistema na restauração da justiça social. Não se trata de caridade. Trata-se de um **dever ético**. Quem compartilha recursos, está acessando uma oportunidade de contribuir para a **equidade social** e quem compartilha vulnerabilidades está oportunizando que os recursos e a abundância circulem de forma equilibrada e digna. Diluem-se hierarquias e relações de dependência e verticalidade.

Tal afirmação é comprovada nas milhares de narrativas dos/das participantes dos projetos viabilizados pela **Associação Nacional por uma Economia de Comunhão – ANPECOM**<sup>11</sup>. De fato, constituem-se comunidades. Nos eventos anuais organizados pela associação, é possível perceber essa **atmosfera de equidade, reciprocidade e fraternidade**, nos quais os/as participantes dos projetos ocupam espaços privilegiados nos fóruns de diálogo e nutrem relações pessoais e de igualdade com toda rede da organização. Essa percepção é comprovada nas falas destas pessoas que afirmam com frequência que se sentem **protagonistas de um ciclo de transformação social**. Grande parte dos/das participantes dos projetos se consolidam como empreendedores/as sociais em suas comunidades ou buscam atuar em outras comunidades vulnerabilizadas no exercício desse papel.

Durante a jornada de atuação com pessoas e comunidades vulnerabilizadas, aprofundou-se a compreensão que a multidimensionalidade da pobreza é real e **merece atenção**. Foi constatado que as pessoas que vivenciam a vulnerabilidade econômica, em regra e na média, experimentaram previamente a escassez de

---

<sup>11</sup> Associação Nacional por uma Economia de Comunhão é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo servir, articular e representar o movimento no Brasil. Para visualizar: [www.edc.com.br](http://www.edc.com.br)

recursos de outras naturezas e dimensões: deixaram de acessar recursos emocionais, psíquicos, relacionais, educacionais, políticos. Ou seja: não basta oferecer acesso a recursos materiais como facilitações e/ou processos de incubação/aceleração de negócios periféricos, mas é preciso **atuar com facilitações no campo do florescimento humano**. A **ANPECOM** tem dedicado um foco especial ao desenho de projetos e experimentos nesse campo e têm comprovado impactos significativos, como a transformação interna das pessoas que rapidamente passam a **intervir e catalisar processos de transformação positiva em suas comunidades**.

Nesse processo, pessoas e comunidades vulnerabilizadas alcançam voz e espaço, decidindo e assumindo o protagonismo sobre as próprias vidas e das suas comunidades. Outro aspecto importante de conferir evidência é ao fato de que o protagonismo das pessoas vulnerabilizadas é uma premissa real da Economia de Comunhão: **o desenho dos projetos e das iniciativas é feito com as pessoas e comunidades vulnerabilizadas**. São elas que definem as dores que desejam enfrentar com o projeto, desenhando em conjunto com a equipe da organização as soluções e a jornada que será trilhada.

A atuação da edc no Brasil hoje se concentra em **três linhas de atuação estratégica**:

(1) conexão entre vulnerabilidades e oportunidades, que abarca os projetos e iniciativas de florescimento humano, superação de vulnerabilidades e empreendedorismo, desenhado com e para pessoas e comunidades vulnerabilizadas, a partir de processos de escuta ativa e de facilitações que despertam o potencial interno e externo de transformação pessoal e social;

(2) empreendedorismo com propósito em edc: sustento de uma rede nacional de empreendedoras, empreendedores e organizações comprometidos com o propósito de erradicar a pobreza;

(3) engajamento cultural: fomento de projetos, iniciativas, eventos, conexões, facilitações, circulação de relatos e experimentos com pessoas e comunidades comprometidas com a cultura da Economia de Comunhão em seus territórios conforme as potencialidades, necessidades e características de cada lugar, além do incentivo a reflexões acadêmicas por meio do Centro de Estudos e Pesquisa Filadélfia.

Os **31 anos** de existência da Economia de Comunhão deixaram evidente para as lideranças do movimento que seu foco é sensibilizar empreendedores e empreendedoras a transformarem seus negócios **em comunidades de pessoas comprometidas a gerar equidade, confiança, reciprocidade, fraternidade,** e agir com interdependência cotidianamente, nas decisões mais simples às mais complexas, independente do porte que a organização possui e de sua configuração jurídica. A edc não atua com auditorias, certificações e qualquer tipo de fiscalização. Parte do pressuposto que integrar o movimento é uma escolha pessoal que se expressa em um novo modo de fazer negócios. Cada pessoa caminha em um ritmo e segundo sua vocação e possibilidades de jornada. **O movimento oferta apoio, inspirações e incentivos<sup>12</sup>.**

---

<sup>12</sup> Existem outras organizações extremamente qualificadas atuando no campo da certificação de triplo impacto, servindo o ecossistema com excelência e assertividade nas entregas. Para conhecer melhor, acessar: <https://www.sistemabrazil.org/>

Nesse sentido, os empreendedores e empreendedoras que se comprometem com uma Economia de Comunhão, realizam uma escolha consciente dos seguintes **pressupostos éticos**:

- **consciência pessoal** - me reconheço como uma pessoa privilegiada (em recursos, saúde, tempo e/ou conhecimento);
- **consciência sistêmica** - faço parte de uma única comunidade global e ao meu lado identifico pessoas, conectadas a mim, em estado de profunda vulnerabilidade;
- **vocação** - sou chamado a ser agente de transformação na causa da erradicação da pobreza e das desigualdades;
- **ação** - decido me comprometer com ações concretas, compartilhando meus recursos (dinheiro, capacidades, ideias, tempo, trabalho) para gerar mais recursos e compartilhar ainda mais.

Assim, os negócios são orientados por uma visão do empreendedorismo como resultado das escolhas pessoais das lideranças das organizações. O empreendedor e a empreendedora escolhem, conscientemente, **viver pela erradicação da pobreza em todas as dimensões de sua vida, transformando esse propósito pessoal em um dos objetivos do seu negócio**. São posicionamentos pessoais alinhados com os posicionamentos empresariais, motivados pelos valores reciprocidade, fraternidade, interdependência e coerência.

Como já exposto, essas escolhas e esses valores fundamentam uma cultura empreendedora orientada à criação e redistribuição de riquezas e capacidades – comunhão – durante todo processo produtivo do trabalho e não apenas no momento de compartilhar recursos tangíveis. A gestão

das organizações se dá a partir de **relações de interdependência, coerência, reciprocidade e fraternidade** com todas as partes envolvidas (colaboradores/as, fornecedores/as, clientes, acionistas, comunidade e meio ambiente). De modo central, utilizam sua capacidade de gerar valor para **conectar pessoas e compartilhar recursos**.

A partir disso, optam por preencher um ou mais dos seguintes critérios objetivos:

- 1) **criar oportunidades de trabalho específicas** para pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 2) **criar canais de receita (produtos ou serviços)** destinados a gerar recursos a serem compartilhados com pessoas ou grupos vulnerabilizados de forma contínua e recorrente;
- 3) **fornecer serviços e/ou produtos a custo acessível** para pessoas e comunidades vulnerabilizadas;
- 4) **destinar recursos, auferidos livremente**, independentemente da existência de lucro ou prejuízos, para viabilizar iniciativas comprometidas com a erradicação da pobreza.

A **ANPECOM** convida a todos os empreendedores e empreendedoras do movimento a preencherem uma planilha simples, disponível de forma recorrente<sup>13</sup>, informando os recursos compartilhados mensalmente, com o objetivo de mensurar o impacto econômico realizado. As planilhas são mantidas em privacidade, protegidas pela lei geral de proteção de dados.

---

<sup>13</sup> Disponível no link:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1kLxyTFh6qQrdho-TGZXjiSmq3jFWt4ApFwYGreWQheY/edit?usp=sharing>

Os projetos e iniciativas sustentados pela **Anpecom** seguem uma política interna de prestação de contas e tem seus resultados apresentados na assembleia anual da organização. A edc atua com avaliação de resultados **qualitativos e quantitativos** como uma forma de promover constante revisão e melhorias de suas metodologias e processos de facilitação<sup>14</sup>.

A partir disso, é possível concluir que atuação da Economia de Comunhão está concentrada no campo da **disseminação cultural**, no campo da **redistribuição ou transferência de recursos**<sup>15</sup> e no campo do **florescimento humano de pessoas e comunidades vulnerabilizadas**. Suas entregas principais para o ecossistema são pessoas com vocação pública com capacidade de atuarem como **agentes de transformação** e uma comunidade permeada por uma cultura econômica comprometida com a geração de equidade e com capacidade de gerar regeneração sistêmica.

É importante registrar que desde os primórdios da edc havia a consciência acerca da necessidade de atuar no campo da política, articulando-a com a economia e colocando-as a serviço do **bem comum**. Essa narrativa é presente em muitos textos e discursos produzidos no decorrer de todos esses anos. Contudo, com o passar do tempo, foi ficando evidente que para atuar com qualidade e entregar impactos reais, é preciso focalizar em **estratégias e entregas** por camadas e conforme os recursos e capacidades disponíveis.

---

<sup>14</sup> Para visualizar o relatório do ano de 2021, visitar:

[https://edc.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Relato%CC%81rio2021\\_ok.pdf](https://edc.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Relato%CC%81rio2021_ok.pdf)

<sup>15</sup> Salvaguardadas as devidas proporções e o alcance do movimento, que é tímido e muito incipiente diante dos números avassaladores que temos no Brasil. Porém, é uma entrega genuína e potente, porque ancorada em uma nova forma de pensar e fazer negócios, uma nova cultura econômica, por isso também a necessária e importante distinção em relação à filantropia e as práticas de assistência social.

Consciente de que não possui foco de atuação no campo do *advocacy* e do redesenho sistêmico, a edc tem buscado colaborar e articular parcerias com e entre organizações e movimentos com essas vocações específicas, concretizando também a ODS 18, parcerias e meios de implementação. O seu envolvimento profundo e concreto na organização e articulação do movimento global **Economia de Francisco** torna visível seu esforço institucional de focar **energias e recursos para a construção de uma cultura do encontro que favoreça o comprometimento da juventude, lideranças e organizações com a mudança sistêmica**. É por essa razão que se atua em um ecossistema, permeado pelos princípios da colaboração, complementariedade, subsidiariedade e interdependência.

Os problemas são complexos e as soluções devem ser muito bem desenhadas e executadas, com pessoas com expertise e capacidades específicas.

**É preciso unir forças e atuar de forma complementar e articulada.**



Ação do programa Its'Now, apoiado pela edc

## 5. Últimas palavras: os desafios

A potência e a diversidade de um **movimento global**, fortemente ancorado em propósitos compartilhados, constitui um caldo cultural importante para amalgamar e impulsionar os necessários processos de mudança sistêmica. Por outro lado, o risco da fragmentação e dispersão de energia e recursos ameaça constantemente a necessidade de tornar tangível essas intenções, canalizando-as para um foco em estratégias que entreguem **impactos reais e mensuráveis**.

Propósitos fortes e profundos não podem bastar por si só. Devem seguir acompanhados e sustentados por **estratégias e processos bem estruturados**, pensados a partir de uma inteligência coletiva facilitada com toda competência possível. Boas inspirações quando não executadas, se tornam apenas consolos e amortecedores de consciências. A parte positiva é que existe no ecossistema diversas organizações que atuam com foco na **instrumentalização de movimentos**, possibilitando a consolidação de suas jornadas com entregas relevantes e úteis para a construção da **nova economia**.

Ainda, há o risco de auto referencialidade e da vaidade disfarçada, que podem acometer organizações e movimentos mobilizados por grandes causas, ao se consolidar uma crença enganosa de que sua causa é totalizante ou mais importante que as outras. A ânsia pelo reconhecimento das entregas cega lideranças e as desvia de suas vocações genuínas, distraíndo os times com aspectos burocráticos, orçamentários, jurídicos e de gestão, que passam a ser assumidos como um fim em si mesmo. As intenções podem ser as melhores, mas os resultados podem ser tornar medíocres, superficiais e muito passageiros.

Nesse sentido, é necessário voltar o olhar constantemente à **causa fundadora**. No caso da edc, é um mundo sem pobreza, uma comunidade global que vive com justiça, de forma regenerativa e fraterna. Por isso, a importância da presença constante, forte e ampla de pessoas e comunidades vulnerabilizadas no movimento, com voz e vez de criar e liderar processos, recordando constantemente a razão de existir de toda estrutura construída para apoiar e impulsionar a jornada.

**Afinal de contas, “somos um”.**



Feira Agroecológica dos participantes do Programa de Superação da Vulnerabilidade Econômica, da edc

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Vera; et al. Economia de Comunhão: Projeto, Reflexões e Propostas para uma cultura da partilha. 2. ed. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 1998.

ARAÚJO, Vera; et al. Economia de comunhão – propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”.São Paulo: Cidade Nova, 1992.

BARAUNA, Marcia (Coord.). Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho – 1999. Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 1999.

BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (orgs.) Negócios de Impacto Socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BENITES, Marcelo Riella. Pessoas que fazem a Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2010.

BRUNI, Luigino. Virtudes y vícios del mercado: palabras para una economía humana. Madrid: Ciudad Nueva, 2018.

\_\_\_\_\_ Il capitalismo e il sacro. Milano: Vita e Pensiero, 2019.

\_\_\_\_\_ (Org.). Economia de comunhão – uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2002.

\_\_\_\_\_ Comunhão e as novas palavras em economia. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

\_\_\_\_\_ZAMAGNI, Stefano. Economia Civil: eficiência, equidade, felicidade publica. São Paulo: Cidade Nova, 2010.

ECONOMIA DE COMUNHÃO. Disponível em: [www.edc.com.br](http://www.edc.com.br)

ECONOMY OF FRANCESCO. Disponível em: [HOME | The Economy of Francesco \(francescoeconomy.org\)](http://HOME | The Economy of Francesco (francescoeconomy.org))

ENIMPACTO. Estratégia Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto. Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto>

FALLER, Maria Helena Ferreira Fonseca. A economia de comunhão e a função social da empresa: um encontro à luz da constituição federal. Curitiba: Juruá, 2013.

\_\_\_\_\_ Radicalizando a democracia, popularizando o constitucionalismo, redesenhando instituições: uma (re)leitura da Política Nacional de Participação Social. Tese de Doutorado defendida em abril de 2020. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2020.

\_\_\_\_\_ ; KOZICKI, Katya (Orgs). Soberania, Constitución y Democracia: tensiones y contradicciones en el siglo XXI. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2020.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Sí. São Paulo, Edições Loyola, 2015

\_\_\_\_\_. Carta Encíclica Fratelli Tutti. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

FULLERTON, John. Capitalismo Regenerativo. Abril, 2015. Disponível em: [Microsoft Word - Revised Spanish Version of Regenerative Capitalism 5.6.16.docx \(capitalinstitute.org\)](http://Microsoft Word - Revised Spanish Version of Regenerative Capitalism 5.6.16.docx (capitalinstitute.org))

FUKAYAMA, Marcel. Novas Economias: não dá mais tempo, a mentalidade tem que mudar. Disponível em: [https://youtu.be/Jyyxz\\_73PFg](https://youtu.be/Jyyxz_73PFg)

----- A nova ordem. Disponível em: <https://youtu.be/brllr1yEjEo>

LEITE, Kelen Cristina. Economia de Comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: história e profecia. Trad. Irami B. Silva e Humberto L. S. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2004.

SANTANA, Cleiton Costa de. Economia de comunhão: os bens, a história e os corações que os movem. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SCHARMER, Claus Otto. Teoria U: como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Rio de Janeiro, Alta Books, 2019.

SPENCE, Michael. Para além do capitalismo: um novo olhar para os desafios de um sistema em esgotamento. Belo Horizonte: Voo, 2021.

SISTEMA B BRASIL. Disponível em: Sistema B Brasil

PINTO, Mário Couto Soares; LEITÃO, Sérgio Proença. Economia de Comunhão: empresas para um capitalismo transformado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.